

Diretrizes curriculares: “questão social”, questão étnico-racial e realidade brasileira

Curriculum guidelines: "social issue", ethno-racial issue and Brazilian reality

André Henrique Mello Correa*

Resumo: Este artigo é constitutivo de aportes teórico-metodológicos, apresentados no projeto de mestrado de ingresso na UFRJ. Partindo de pesquisa bibliográfica, se articula em dois momentos: (i) buscamos trazer elementos acerca da centralidade da questão étnico-racial enquanto chave analítica, estrutural e estruturante do capitalismo e dinamizador da “questão social” na particularidade da formação econômica-social do Brasil, situando o serviço social nesta trama; (ii) tomando como mediação os acúmulos da categoria profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), evidenciar a centralidade da agenda antirracista na profissão. As conclusões, longe de se esgotarem, nos mostram que a atual quadra histórica carrega avanços significativos para pensarmos a produção do conhecimento acerca da matéria e a centralidade da luta antirracista na afirmação do projeto ético-político, ainda que incorra atravessamentos e dilemas a serem postos na agenda do dia.

Palavras-chaves: Fundamentos do Serviço Social; Questão Étnico-Racial; Questão Social; Formação e Trabalho Profissional.

Abstract: This article is constitutive of theoretical and methodological contributions presented in the project for a Master's degree at UFRJ. Based on bibliographical research, it is articulated in two moments: (i) we seek to bring elements about the centrality of the ethno-racial issue as an analytical, structural and structuring key of capitalism and dynamizer of the "social issue" in the particularity of the social-economic formation of Brazil, situating social service in this web; (ii) taking as mediation the accumulations of the professional category and the Curricular Guidelines of ABEPSS (1996), to highlight the centrality of the anti-racist agenda in the profession. The conclusions, far from being exhaustive, show us that the current historical period brings significant advances to think about the production of knowledge on the subject and the centrality of the anti-racist struggle in the affirmation of the ethical-political project, even if it involves crossings and dilemmas to be put on the agenda of the day.

Keywords: Foundations of Social Service; Ethnic and Racial Issues; Social Question; Formation and Professional Work.

Recebido em: 05/09/2022

Aprovado em: 13/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional** (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença **Creative Commons** e indique se mudanças foram feitas.

*Assistente Social, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ); Integrante do Laboratório de Estudos Capitalismo Dependente e Questão Social no Brasil (LECAD/UFRJ) e da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo.

Introdução

“Eles tentaram nos matar, mas a gente combinamos de não morrer”
Conceição Evaristo - Olhos D’água (2014)

As Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é um marco na trajetória sócio-histórica da profissão no Brasil. Seu resultado é fruto de inúmeros debates coletivos e acúmulos da categoria profissional, no esteio das reelaborações e concepções em torno da natureza do Serviço Social, ou seja, o significado social da profissão na trama das relações sociais em idos dos anos 1970, 1980 e 1990.

Consideramos como seu maior legado, a concepção de formação profissional, que de tal maneira, se articula e orienta um determinado projeto profissional teórico-crítico e sua relação com projetos societários mais amplos, assim, trazendo direcionamentos às Escolas de Serviço Social e suas bases formativas no âmbito da graduação e também, na pós-graduação.

Esse importante documento, conforme seus pressupostos norteadores, tem na “Questão Social” — o “fundamento básico da existência” do serviço social, de tal maneira que a profissão numa perspectiva de totalidade, se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, como uma profissão interventiva no âmbito da “questão social”, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista, que inclusive, sofre configurações históricas que a particularizam e incidem no âmbito do processo de trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Mas afinal, o que é “Questão Social”? O que a particulariza? Quais suas determinações na realidade brasileira? Seus elementos na cena contemporânea e rebatimentos nas bases formativas?

Tais perguntas nos levam a finalidade deste trabalho: a) compreender os elementos constitutivos da nossa formação econômico-social, trazendo como centralidade a questão étnico-racial, enquanto chave analítica estrutural e estruturante das relações sociais que conformam o conjunto da classe trabalhadora no Brasil; b) as determinações para se pensar a categoria questão-social na história *fincada* da nossa realidade social, perpassada pelo racismo/patriarcado/sexismo/LGBTfobia, o que nos coloca desafios fundamentais na cena contemporânea enquanto profissão nas nossas bases formativas e no trabalho profissional. Parte-se das mediações postas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), compreendendo o conjunto de direcionamentos em torno de um determinado *perfil profissional*. Pontuamos que tais movimentos não são *endógenos* e ausentes de disputas, contradições e possibilidades, devendo assim, serem analisados na órbita do conjunto das relações sociais mais amplas que as

determinam.

Ademais, encontra-se articulado em dois momentos, frente a finalidade anteriormente expressa: (i) Inicialmente, com o aporte da pesquisa bibliográfica e documental, buscamos trabalhar a categoria “questão social” – orgânica e substancialmente vinculada a Lei Geral de Acumulação Capitalista (MARX, 1867 [2014]) e suas *particularidades* na formação econômico-social brasileira, situada e determinada historicamente, na qual a questão étnico-racial se apresenta como chave analítica imprescindível na análise da condição concreta da classe trabalhadora nestes *trópicos*, o que de pronto, nos possibilita a vinculação com o *método materialista histórico-dialético* para a apreensão da questão nacional – que presume a mediação do universal, singular e particular, buscando capturar suas múltiplas determinações (BEZERRA, et al, 2019)

Em um segundo momento, (ii) buscamos elucidar alguns aspectos mais gerais da agenda do Serviço Social brasileiro acerca da questão étnico-racial e luta antirracista, e as determinações para a formação e trabalho profissional na cena contemporânea, partindo do debate em torno das construções coletivas no âmbito das entidades da categoria e da análise dos núcleos de fundamentação da ABEPSS, em específico, a fim de compreender a estrutura e lógica curricular e os desafios frente a “renovação do conservadorismo” na atual quadra histórica, açambarcada pela crescente crise do padrão de acumulação capitalista e o tensionamento dos antagonismos das classes sociais fundamentais, que não isenta a profissão (FONSECA, 2016; SOARES, 2019).

Derradeiramente, à guisa de notas conclusivas, aqui o debate não se esgota, contudo, se insere na empreitada coletiva, repleta de possibilidades, contradições e desafios; mas certa de que sua urgência é central e inadiável.

Notas acerca da “questão social” na particularidade da formação econômico-social brasileira: a centralidade da questão étnico-racial

Neste terreno de análise, não buscaremos esgotar os elementos que conformam e atravessam esse debate em sua complexidade histórica e social. Traremos algumas notas gerais para pensar a “questão social” e sua dinâmica na formação econômica-social brasileira, onde a questão étnico-racial lhe aporta mediações fundamentais, no conjunto das relações sociais mais amplas.

Pois bem, cabe destacar que a “questão social”, poderíamos dizer a grosso modo, se vincula diretamente à Lei Geral de Acumulação Capitalista, conforme esboçado por Marx, analisando a dinâmica expansiva do sistema capitalista (1867 [2014] – cap. 23). A seu turno,

Netto (2001), em célebre artigo denominado *cinco notas a propósito da “questão social”*, destaca o aspecto não unívoco desta categoria, o que denota compreensões e leituras com sentidos bastante diversos¹.

Partindo da *tradição marxista*, assim como também, registra-se a elaboração proposta por Iamamoto (1982; 2001), compreende a “questão social” situada nas malhas históricas da sociedade capitalista industrial-concorrencial emergente na Inglaterra, no séc. XVIII, como expressão para nomear um fenômeno *novo*: o pauperismo.

Denota-se que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza” (NETTO, 2001, p. 153). Por derradeiro se a pobreza, a desigualdade, a fome, são fenômenos antecedentes do modo de produção capitalista, em outras formações sociais, com a dinâmica mesma apresentada nesta nova quadra histórica – “a diferente apropriação e fruição de bens sociais, era radicalmente *nova* a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (NETTO, 2001).

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são *indissociáveis* da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é *constitutiva* do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 157).

Por derradeiro, este contexto mais amplo vai condensar os elementos dos conflitos sociais de interesses antagônicos das classes sociais fundamentais: burguesia x proletariado e seus distintos projetos no desenrolar da história, principalmente em idos do séc. XIX. O Estado, como veremos, no processo de desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista (*eminente um sistema de crises orgânicas*), terá papel central na reprodução das relações sociais e manutenção de *equilíbrios instáveis* do modo de produção.

Na sua lógica perversa de expansão e agenciador da *violência como potência econômica*, em diferentes contextos, ao que pese resguardada as devidas mediações, nos oferece elementos para se pensar o processo violento de exploração que foi a colonização no continente africano, americano e mais posteriormente o continente asiático, durante a assim chamada *acumulação primitiva*², tendo como um dos seus elementos sociais definidores – a *escravidão*

¹ Para um maior debate acerca da “questão social”, consultar: Revista Temporalis, nº 3/2001 e nº 21/2021; Revista Ser Social nº 24/2022; GUERRA e BATISTA (2021) - *A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao serviço social*.

² “Acumulação primitiva (“*previus accumulation*”, em Adam Smith), previa acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. *Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários*

e o saque de ouro (em um primeiro momento), que embora seja um fenômeno antigo, ganha outros contornos e lógicas com o advento do capitalismo na modernidade, posteriormente vinculada a ideologia racial, enquanto elemento dinamizador das relações sociais, através de inúmeras teorias, propiciando a apreensão dos fios condutores do *passado-presente*, que irão inclusive, particularizar o Brasil nesta trama, se atendo às determinações gerais e específicas deste processo (GOÉS, 2021).

É importante destacar o *desenvolvimento desigual e combinado*³ na formação do mercado mundial capitalista e a forma específica que se deu o processo de acumulação de capital no Brasil em sua origem pretéritas, no período do *escravismo pleno (1500-1850) e escravismo tardio (1850-1888)*, nos termos de Clóvis Moura (2020)⁴, ainda que aqui, no fundamental das relações sociais, não se tivesse um modo de produção capitalista que ainda se formava e se expandia a nível mundial, contudo, o Brasil, cumpria dentro da divisão internacional do trabalho que se consolidava e a formação deste mercado mundial em expansão, papel central na acumulação de riqueza *além-mar*, em todos os períodos e ciclos produtivos na análise histórica, que ensejará como veremos, posteriormente, na sua dinâmica de dependência e subordinação aos centros capitalistas hegemônicos, quando da fase superior do capitalismo – Imperialismo, nos dizeres de Lênin (1917 [2021]), que dará inclusive, as bases de emergência e institucionalização do Serviço Social, no âmbito do Estado.

Analisando, o processo de acumulação primitiva do desenvolvimento e expansão do capitalismo comercial e suas determinações, relacionadas a exportação de produtos produzidos nas colônias do *novo mundo* para metrópole, Ianni (1978, p. 3-4), irá pontuar nesta conjectura que:

Tratava-se de dois processos contemporâneos, desenvolvendo-se no âmbito do processo mais amplo e principal de reprodução do capital comercial. O motor desse processo mais amplo era o capital comercial, que subordinava a produção de mercadorias na Europa e nas colônias do Novo Mundo e em outros continentes. Em decorrência da maneira pela qual expandia-se o capital comercial, criavam-se as condições estruturais no seio das quais iria

absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia aos produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversas e em diferentes épocas históricas. Os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (MARX, [1867] 2013, p. 785 e 787 - *grifos nossos*).

³ Para aprofundamento da noção de *desenvolvimento desigual e combinado*, consultar sobretudo: TROTSKY, León. A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. NOVACK, G. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann 2008.

⁴ N.E: Trata-se de uma análise em torno das fases distintas da escravidão elaboradas teórica-metodologicamente pelo autor. Na primeira fase do *escravismo pleno* (1500 até 1850, aproximadamente) há um processo de ascensão até a extinção do tráfico internacional de escravos; na segunda fase, denominada *escravismo tardio*, decorre um processo descendente de desagregação do escravismo, a partir da Lei Euzébio de Queiroz (1850), Lei de Terras (1850) e outras medidas de dinamização por parte do Estado, no âmbito da legislação e confrontado pelas resistências negras, que desembocará na dinâmica de *dependência* com a entrada na sociedade do trabalho livre.

desenvolver-se o capitalismo. [...] Foi o capital comercial que comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo.

Conforme ilustra, Castelo (2021, p. 99) — “Os momentos históricos da acumulação primitiva, típicos das transições entre modos de produção, se transmutam em métodos próprios do Estado burguês na solidificação das fases posteriores do capitalismo”. Tais métodos de solidificação do Estado burguês, mediante a racionalidade capitalista e a expansão de mercados, conforme aponta o próprio Marx (1867), consagra a *violência* como elemento dinamizador do capitalismo em sua gênese (Séc. XV) e séculos seguintes que decorrem as fases cíclicas do sistema capitalista, encontrando no *colonialismo* eixo elementar de expansão mercantil, conforme se observa:

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. *A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica* (MARX [1867] 2013, p. 821 - grifos nossos).

Por derradeiro, analisando a realidade brasileira (Bezerra, et al, 2019), um fato pouco abordado, diga-se de passagem, ganha com Moura (1959; 2020), um olhar de denúncia de determinadas perspectivas de análise histórica e sociológica que negavam em suas elaborações os antagonismos fundamentais do sistema escravista, onde criava-se uma suposta “cultura de escravidão”, endógena aos conflitos e contradições sociais fundamentais entre senhores e escravos.

Os antagonismos sociais, econômicos e étnicos verificados nessa época, as convergências e divergências ideológicas e de comportamento que surgiram nesta sociedade são, fundamentalmente decorrentes das posições estruturais e do dinamismo dessas duas classes no espaço social (MOURA, 2020, p. 32)

Em países como o Brasil, com histórico de processo de exploração colonial e escravização dos povos originários e veementemente da população negra racializada, sequestrada de países da costa do continente africano; por quase 400 anos culminará em uma passagem de ordem do sistema escravista para os marcos dos ditames do capitalismo e o status de “cidadania regulada”⁵, com inserção na dinâmica de *dependência econômica*⁶, tensionada por elementos dinamizadores *internos* e *externos* do antigo regime. Tal dinâmica histórica,

⁵ Para o aprofundamento do debate em torno da noção de “cidadania regulada”, indicamos a obra de SANTOS (1979).

⁶ A categoria *dependência* é trabalhada de forma sistemática pela assim, conhecida – Escola da Teoria Marxista da Dependência (TMD), tendo seus principais nomes: Theotônio dos Santos (1936-2018), Vânia Bambirra (1940-2015) e Ruy Mauro Marini (1932-1997).

econômico, político, cultural e social, tendo no Estado um dos elementos dinamizadores centrais, ensejara um quadro avassalador de desigualdades que substanciam a realidade nacional na sociedade do trabalho livre e superexploração do proletariado negro, com contornos próprios inclusive no tempo presente⁷ (MOURA, 2019, 2020; SOUZA, 2020; FAGUNDES, 2021).

Com o fim da escravidão formal, em 13 de maio de 1888, através da assinatura da Lei Áurea (Lei Nº 3.353), fundamentalmente no processo de *transição* as estruturas sociais foram mantidas (concentração de terra, o grande latifúndio, etc), conformando o padrão de reprodução do capital, condizente com o estágio de desenvolvimento do mercado mundial e o caráter dependente do Brasil, nesta dinâmica.

Nos caminhos de Willians (2012), concordamos que — se o racismo não cria a escravidão, é produto direto desta. Em seus termos: “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão” (2012, p. 34).

Esta constatação, exposta, ao nosso ver, – se expressa de modo *fundamental*, à medida que nos oferece mediações centrais para compreensão da dinâmica do racismo na sua acepção materialista, vinculado a reprodução das relações sociais no advento da modernidade, por conseguinte a produção e reprodução ampliada do sistema capitalista, em determinadas condições sócio-históricas específicas.

Almeida (2019), ao se debruçar sobre o debate da noção de “raça”⁸, observa se tratar de um conceito – *histórico e relacional*, relacionado a economia e política de diferentes sociedades contemporâneas.

⁷ Inúmeros indicadores podem ser consultados que confirma esse quadro aterrador que atravessam a população negra no Brasil, consultar: *trabalho* (DIESE, 2020), *saúde* (BUSS, 2016; FIOCRUZ, 2020) *assistência social* (BRASIL, 2018), *segurança pública* (PACHECO, 2021; Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021), dentre outros, se fazem emergentes.

⁸ O Espírito positivista surgido no século XIX transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas [...]. A biologia e a física serviriam como modelos explicativos da diversidade humana: a ideia de características biológicas - *determinismo biológico* ou condições climáticas e/ou ambientais - *determinismo geográfico*; seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. (ALMEIDA, 2019; MACIEL, 1999).

Ainda, é importante situar conforme a acepção ontológica, expressa na análise de Lukács (1954 [2020], p. 577), que – “O biologismo, quer na filosofia, quer na sociologia, sempre foi a base de tendências ideológicas reacionárias. Mas isso nada tem a ver com a biologia enquanto ciência; é antes o resultado das condições da luta de classes, que deram às tendências reacionárias conceitos e métodos pseudobiológicos como instrumento adequado de combate à concepção de progresso. Esse emprego de conceitos biológicos desfigurados e deformados ocorre na filosofia e na sociologia no decorrer da história, seja sob uma forma ingênua, seja refinada, a depender das circunstâncias. No entanto, podemos afirmar que a aplicação de analogias entre o mundo orgânico, de um lado, e o Estado e a sociedade, de outro, sempre encerrou a tendência – e não por acaso – a apresentar a estrutura da respectiva sociedade “conforme a natureza” [...]”.

Sua emergência na era moderna, está organicamente vinculada ao movimento da história e as alterações profundas que vinham ocorrendo, no modo de produção e no campo do conhecimento — “falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna” (ALMEIDA, 2019, p. 25).

Ainda, observa, conforme categoria aludida, que a especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às particularidades de cada formação social, manifestando-se: a) de forma circunstancial específica; b) em conexão com as transformações sociais.

o racismo, de acordo com essa posição, é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a *desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe*, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista (ALMEIDA, 2019, p. 184 - *grifos nossos*).

Por certo, a questão étnico-racial constitui eixo central e dinamizador das relações sociais no sistema capitalista, com desenho próprio e específico na formação social e histórica de cada país, haja vista, as determinações concretas da exploração/dominação de classe diferenciadas pela inserção na divisão internacional do trabalho no desenvolvimento das forças produtivas.

O Estado brasileiro, teve papel central na mediação dos conflitos sociais postos na ordem do dia. Tal conjuntura, era permeada pela emergência do modelo econômico desenvolvimentista e a construção de uma noção de Estado-Nação, vinculada a projetos de construção de uma *identidade nacional*, onde o sujeito negro racializado era exortado, enquanto elemento de atraso, impedimento ao progresso. Nesta seara irão despontar tendências ideológicas vinculadas ao branqueamento da população via miscigenação, “mito da democracia racial” – assimilacionismo, aculturação, dada diferentes tendências neste campo, vinculadas a projetos de nação. Cita-se ainda, a presença de teses eugênicas⁹ sobre as raças humanas, com forte cariz positivista nos campos do direito, medicina, antropologia (GOES, 2018).

Por certo, em concordância com Souza (2016, p. 90):

Não se define a ideologia mediante a identificação da veracidade ou falsidade de um conjunto de ideias. O que caracteriza a categoria da ideologia é uma determinada função social e, por isso, só pode ser corretamente definida à luz de critérios ontológicos.

⁹ No Brasil destacam-se como os principais disseminadores desta vertente, Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues, Renato Kehl e Miguel Couto (GOES, 2018).

Neste processo, constata-se que a ideologia de reprodução do racismo no Brasil, manifesta no “mito da democracia racial”, como destacado, congrega elementos de ocultação das determinações sociais; naturalização de fenômenos sócio-históricos; ancorada numa legitimação e justificativa; na *noção* de nação condiciona interesses particulares como interesse geral.

Por certo, nesta linha argumentativa, ao que pese, as respostas do Estado à “questão social” se dão no campo das políticas sociais¹⁰, que exercem funções básicas (*Econômica, Social e Política*) e no flerte entre o consenso e a repressão, determinada pela organização e incidência da classe trabalhadora, contudo, é atravessada por limites, possibilidades e contradições na seara do sistema capitalista. É o que demonstra Ferreira (2020), com arguta análise em sua Tese de Doutorado – *Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistências dos trabalhadores negros*, evidenciando o surgimento da política social, seus atravessamentos e incidência das/os trabalhadores/as negros/as do ponto de vista de redes de solidariedade e proteção social, grande contingente a margem do sistema produtivo e/ou inserido em determinados postos de trabalho mais precarizados no advendo do séc. XIX e XX no Brasil.

Essa condição concreta da classe trabalhadora, como ilustra Ferreira (2020), nos permite fazer a crítica e ir na contramão da perspectiva que concebem falsas polêmicas e dicotomias do famoso: *o que vem primeiro: Raça ou Classe?* – o que inclusive abre espaço para perspectivas teóricas que focalizam o debate, com traços identitários e conservadores em suas distintas tendências. Do ponto de vista da dimensão histórica-concreta há no Brasil, uma quase total identidade histórica entre o ser trabalhador e ser negro. Embora sendo categorias sociais distintas, encontram-se organicamente fundidas na sua diversidade.

[...] a não apropriação teórica e política da dinâmica concreta da classe trabalhadora brasileira, na sua existência própria, diversa e multifacetada, oculta, não apenas, as lutas e as condições das/os trabalhadores/as negros/as e dos povos originários, como inviabiliza uma análise concreta sobre as particularidades da luta de classes como um todo e da própria história do trabalho no país (SOUZA, 2021, p. 33).

Da mesma forma, Martins (2017, p. 275), afirma que “a luta antirracista no Brasil foi/é a expressão de um lugar do/a negro/a determinado pelo racismo: à margem da cidadania regulada e dos processos organizativos a que são vinculadas as respostas do Estado à “questão

¹⁰ “As políticas sociais traduzem sempre uma tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital por um lado e, por outro, as necessidades da reprodução da força de trabalho, para o que os gastos públicos são fundamentais. Esse caráter contraditório do Estado e da política social, cujo chão é a sociedade de classes, estende-se também à análise da profissão” (IAMAMOTO, 2019, p. 449).

social”.

Por certo a posição aqui tomada, não entende a questão étnico-racial enquanto um *reflexo* ou uma expressão da “questão social”. O método materialista histórico e dialético nos convida a pensar as categorias de análise imbricadas no movimento da realidade, a relação universal-singular-particular na sua totalidade e as contradições orgânicas e relacionais dos fenômenos, o que determina as especificidades e contornos objetivos da “questão social” nestes trópicos. Lembremos que a classe trabalhadora na sua dimensão concreta é diversa — devamos não ter medo de entender a diversidade, as identidades não como elementos de *divisão de classe*, do contrário, estabelecendo as mediações, horizontes e conteúdo do debate, ou seja, seus fundamentos. Essa posição é emergente e inadiável, inclusive sendo feita por inúmeras/os teóricos da tradição marxista¹¹, considerando que, no conjunto mais amplo das relações sociais, a luta antirracista, a luta antipatriarcal, a luta antilgbtfóbica, imersas na dinâmica da exploração/opressão de classe e de suas resistências e revoltas, também, é capturada por tendências conservadoras e pós-modernas, que no limite repõem o problema dentro da ordem que o estrutura – o sistema capitalista.

Seguindo, veremos na sequência de forma mais detida, alguns elementos gerais para pensar a centralidade da agenda antirracista no âmbito da categoria profissional e os acúmulos históricos constitutivos, seus atravessamentos e mais especificamente nos deteremos algumas reflexões acerca do papel da ABEPSS – no *escopo formativo* e na análise das Diretrizes Curriculares (1996), postulando um determinado perfil profissional almejado, naquilo que tem de mais rico — a perspectiva da totalidade expressa na indissociabilidade dos núcleos de fundamentação, estrutura e lógica curricular; o que nos permitira estabelecer as mediação em relação a questão étnico-racial.

Diretrizes curriculares na enseada de um projeto de formação profissional antirracista: horizontes coletivos possíveis

A pauta acerca das relações étnico-raciais, não é um debate recente no âmbito do Serviço Social brasileiro, que se consolida enquanto profissão e área do conhecimento (NETTO, 2009; MOTA, 2013), estando presente em toda *biografia da profissão* de forma direta e indireta (Silva Filho, 2006; Pinto, 2003; Ferreira, 2010; Leon-Días 2016), haja vista, a profissão não ser *endógena*¹² aos processos sociais mais amplos na trama das relações sociais que a inscrevem

¹¹ Ver: HAIDER (2018); MANOEL; LANDI (2019); E-book de marxismo21: *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista*; MOURA, 1994.

¹² N.E: No âmbito do Serviço Social brasileiro existe intenso debate acerca da *natureza da profissão*, acerca do seu *significado social*. Destaca-se a *perspectiva endogenista*: que situa a profissão “fora da história”, como sendo

na dinâmica capitalista na particularidade da formação econômico-social brasileira, como demonstrado anteriormente.

Na literatura (Ferreira, 2010; Leon-Días, 2016) — registra-se um possível pioneirismo na pessoa de Sebastião Rodrigues Alves: Assistente Social, militante do movimento negro que em 1966 como fruto de seu trabalho de conclusão de curso tem publicado o livro *“Ecologia do grupo afro-brasileiro”*¹³ (IPEAFRO, s/d); se apresenta como um importante marco na trama sócio-histórica, ainda, considerando o contexto da obra e do Serviço Social, naquela conjuntura, caracterizada por fortes influências culturalista e de integração do negro na sociedade emergente. Destacamos também, o nome imprescindível de Maria de Lourdes Vale Nascimento (1924-1995): Assistente Social, Professora, Jornalista e Ativista do Movimento Negro (XAVIER, 2020).

Aliado ao exposto, contudo, é na década de 1980 e 1990 que este debate começa a ser pautado de forma mais direta e central por profissionais e estudantes, inseridas/os ao movimento negro e de mulheres negras; seja nas produções e sistematizações teóricas e/ou nos espaços de debate da categoria profissional e movimento estudantil, preocupados com ações de combate às opressões de raça e etnia e na luta antirracista, tendo como importante marco histórico o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1989, realizado em Natal-RN – cujo tema central – *“Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais”*. Neste período, ainda eram apresentadas “teses” – uma forma de comunicação, aprovada e deliberada em assembleia.

Magali da Silva Almeida, Assistente Social, professora aposentada da UERJ, uma das pioneiras e grande referência no debate acerca das relações étnico-raciais no Serviço Social brasileiro, em entrevista concedida a Janoário, Rocha e Dias (2013), pontua que no pré-CBAS, realizado na UERJ, no mesmo ano, juntamente com Fátima Cristina Rangel Sant’Anna, defenderam a tese, intitulada — *“Serviço Social e os Bastidores do Racismo”*; – abordando “[...] as expressões da questão social e as determinações do racismo no marco do capitalismo. A relação raça e classe” (Almeida, 2013), contudo, não havia no CBAS um Grupo de Trabalho

uma evolução das diferentes formas de ajuda até sua institucionalização, remetendo a períodos remotos, na Antiguidade e Idade Média, ainda que nesta perspectiva hajam diferenças teórico-metodológicas de análise. **perspectiva exógena / histórico-crítica:** situa a profissão na trama das relações sociais da sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa das relações sociais de classe, afirmando-se como um tipo de trabalho coletivo, ancorada numa relação de assalariamento e relativa autonomia no âmbito das instituições contratantes, dentre outros elementos (MONTÃO, 2007; IAMAMOTO, 2014; NETTO, 2011; GOIN, 2019).

¹³ O trabalho pioneiro de Rodrigues Alves, cujo propósito como escreve é se dedicar aos estudos e pesquisa acerca das condições sociais do Negro no Brasil, é caracterizado em três partes: I - Das Teorias Raciais e Seus Efeitos Através dos Séculos; II - O elemento afro-brasileiro, A proclamação e o Reconhecimento dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana em face do Serviço Social; III - Ao Serviço Social compete solicitar o “caso” afro-brasileiro. (RODRIGUES-ALVES, 1966, p. 5).

(GT), específico, sendo incorporado no eixo geral – “*Análise de Conjuntura Econômica, Política e Social na Realidade Brasileira e no Contexto Latino-Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional*”; que trouxe várias frentes relacionadas à discussão da temática étnico-racial no Serviço Social – “elementos como diversidade, racismo, desigualdade, machismo foram abordados e ressaltados como imprescindíveis à formação e trabalho profissional” (ALMEIDA, ROCHA, BRANCO, 2019, p. 177). Aí já destacando-se o protagonismo de mulheres negras¹⁴ no serviço social, na defesa da pauta, acerca da centralidade de uma agenda antirracista na profissão (LIRA, 2020).

Era um contexto marcado pelo influxos do movimento de reconceituação do Serviço em idos dos anos 1970 e 1980, e de aproximação com a perspectiva teórico-crítica e *intenção de ruptura com o tradicionalismo* e suas manifestações conservadoras até então hegemônico nas bases históricas da profissão, que irá culminar nos anos 90, na elaboração de um conjunto de instrumentos legais que conforma o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro (*Lei de Regulamentação da Profissão e Código de Ética Profissional - 1993, Diretrizes Curriculares - 1996*), não suprimida disputas e divergências, em relação aos projetos de formação profissional; matriz teórica, metodologia, dentre outros debates.

Ribeiro (2004, p. 151), analisando este contexto pontua que – “mesmo no processo de reconceituação do Serviço Social, onde se destaca a abordagem dialética, as relações raciais são invisibilizadas no bojo da análise de classe”. Ao que pese esta premissa, postulamos, que este aprofundamento, só foi possível, diga-se de passagem no avanço na interlocução e espraiamento com o referencial da teoria social de Marx, compreendendo às determinações postas na realidade brasileira e do serviço social na história.

Concordamos com Netto (1999, p. 5) que — “todo corpo profissional é um campo de tensões e lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprimem as divergências e contradições”. De tal maneira, o tensionamento educativo-político se faz fundamental, como afirma Moreira (2019, p. 95)

[...] essa necessidade se expressa na medida em que não é hegemônico o entendimento da profissão acerca do reconhecimento da questão étnico-racial enquanto elemento que deve ser fundamental e estruturante da formação profissional.

Nestas linhas, importa destacar que a ausência de centralidade do debate acerca da questão étnico-racial na formação e no cotidiano do exercício profissional, tende em alguma

¹⁴ Recomendamos os episódios da série – Femenagens "Nossos passos vêm de longe! Saudamos as mulheres negras que enegrecem o Serviço Social", realizado pelo CRESS/SP, os episódios podem ser acessados no canal do YouTube do conselho. Ainda, indicamos os episódios do Podcast Práxis Preta, disponível na plataforma de streaming do Spotify e com divulgação das entrevistas no perfil do Instagram – @praxispreta.

medida a reduzir as *demandas mais imediatas* a fenômenos ausentes de fundamentos organicamente constitutivos da totalidade social; na sua dimensão histórica, política e econômica, a medida que oculta a compreensão de um elemento *sine qua non* que conforma a realidade brasileira¹⁵ (COSTA; RAFAEL, 2021).

evidencia-se a questão racial como um dos elementos estruturantes para a apreensão da dinâmica da sociedade capitalista, considerando como o racismo se organiza e estrutura as relações de produção e reprodução social, se amplia na particularidade da formação social brasileira e se manifesta na profissão por meio da sua reprodução ampliada nas diferentes expressões da questão social, objeto do Serviço Social (ELPÍDIO, 2021, p. 75).

Ainda, a não adoção de uma perspectiva teórico-crítica de análise dos fundamentos centrais da questão étnico-racial enquanto determinante e dinamizadora da “questão social” na particularidade brasileira, o que conforma o conjunto da classe trabalhadora, abre brecha para disputas teórico-metodológicas no âmbito do próprio Serviço Social, inclusive, o que condiciona em termos a uma — “invasão conservadora” (*nas suas diversas expressões e tendências*) nas interpretações e disputas em relação a questão étnico-racial e luta antirracista, acabando reduzida a individualidades, identitarismo, culturalismo, etc (SANTOS, 2019; SOUZA, 2020).

é necessário apreender as múltiplas determinações societárias que incidem indiscutivelmente sobre o trabalho e a formação profissional, pois a face desse contexto traz em si o horror da barbárie, da mercantilização de todas as coisas, encobertas pelo fetiche do pensamento ultraconservador e pós-moderno que se faz presente na reificação do racismo como marca estrutural dessa sociabilidade (ELPÍDIO, 2021, p. 80).

Nesta premissa, e de maneira geral, destacamos os inúmeros acúmulos que podem ser observados no interior da agenda da categoria profissional ao longo da história, que vem adensando este debate — Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, posterior aos anos 1980 - 1990, com um certo *avanço* nos anos 2000 principalmente depois da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, África do Sul no ano de 2001 (Marques-Junior, 2013) e acompanhando outros marcos legais no âmbito das políticas de promoção da igualdade racial e indigenista nos anos 2000, ao que pese os desafios do tempo presente.

Tais acúmulos são expressos nas deliberações dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS; nas Bandeiras de Luta da Profissão; nos documentos do CFESS Manifesta, na

¹⁵ Ver pesquisa preliminar - Gestão Ampliações: Trilhando a luta com Consciência de Classe 2017-2020. *Comitê da Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo do CRESS/SP*. Análise Preliminar dos dados da Enquete. Tal pesquisa, ainda que preliminar, traz pistas importantes para pensar as demandas e condições concretas da classe trabalhadora (usuários das políticas públicas), nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam as/os Assistentes Sociais.

primeira campanha de combate ao racismo - “Assistentes Sociais mudando o Rumo da História” (2002-2005); nos Cadernos Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito, Grupos Temáticos de Pesquisa no âmbito da ABEPSS; eixos de pesquisa em eventos da categoria como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS); encontros organizativos da ENESSO, dentre outros.

São determinações que se rebatem no âmbito da formação profissional das/os estudantes no conjunto mais amplo das escolas de Serviço Social no país, tendo nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS direcionamento central.

As Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é um marco na trajetória sócio-histórica da profissão no Brasil. Seu resultado é fruto de inúmeros debates coletivos e acúmulos da categoria profissional, no esteio das reelaborações e concepções em torno da natureza do Serviço Social, ou seja, o significado social da profissão na trama das relações sociais em idos dos anos 1980 e 1990¹⁶.

Consideramos como seu maior legado — a *concepção de formação profissional*, que de tal maneira se articula e orienta um determinado projeto profissional teórico-crítico e sua relação com projetos societários mais amplos, assim, trazendo direcionamentos às Escolas de Serviço Social e suas bases formativas no âmbito da graduação no país.

Esse importante documento, conforme seus pressupostos norteadores, tem na “Questão Social”, — o “fundamento básico da existência” do serviço social, de tal maneira que a profissão numa perspectiva de totalidade, se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da “questão social”, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista, que inclusive sofre configurações históricas que a particularizam e incidem no âmbito do processo de trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Na atual quadra histórica, é certo que — “os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação [...]” (ABEPSS, 1996). Como observa Iamamoto (2014, p. 619):

Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a “questão social” hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla

¹⁶ A “Proposta nacional de currículo mínimo para o Curso de Serviço Social” foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em assembleia geral da ABEPSS, entre os dias 7 e 8 de novembro de 1996 - mesmo ano de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A proposta de currículo mínimo foi encaminhada para o Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2002. O Conselho Nacional de Educação promulga as diretrizes do curso de Serviço Social, “mutilando” os principais elementos que expressavam a radicalidade dos conteúdos construídos coletivamente pela categoria profissional (ROCHA, 2014, p. 93).

perspectiva: para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais — sua produção e reprodução ampliada — e para projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, que apontam para novas formas de sociabilidade.

O deciframento destas determinações, é imprescindível e central na atual quadra histórica brasileira, onde — “Amplia-se a criminalização das classes subalternas, especialmente de jovens, trabalhadores, negros e dos seus movimentos e expressões coletivas” (IAMAMOTO, 2019, p. 456)

Imperando-se neste entendimento, uma formação profissional que implique necessária articulação das bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, para fins, de “apreensão crítica do processo histórico como totalidade, tal qual, do significado da profissão desvelando as possibilidades contidas na realidade” (ABEPSS, 1996, p. 07).

O projeto de formação profissional apresentado nas Diretrizes, articula 03 (três) Núcleos de Fundamentação, que buscam dar sustentação e indissociabilidade aos componentes curriculares e direcionamento formativo: a) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; b) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; c) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

[...] estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. [...] Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional (ABEPSS, 1996, p. 8 - 9).

a) O *Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social*, indica pressupostos de compreensão da totalidade histórica-social, no processo formativo de maneira crítica e orientada ética e politicamente que subsidia aos futuros/as assistentes sociais em seu exercício profissional a apreender a analisar as realidades dos sujeitos sociais. “Assim, a formação deve oferecer um caminho metodológico articulado ao projeto ético-político que assegure tal conhecimento crítico” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 92).

b) O *Núcleo de Fundamentos da Particularidade da formação sócio-histórica da Sociedade Brasileira*, este remete ao conhecimento da formação econômica, social, política e cultural deste contexto, considerando as particularidades do Brasil (ABEPSS, 1996), o que aponta para centralidade dos determinantes étnicos e raciais enquanto chave analítica central e dinamizadora da nossa formação econômico-social, presente no conjunto das relações sociais.

c) O *Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional*, por sua vez, evidencia a especificidade de inserção profissional na especialização do trabalho coletivo, articulando os elementos dos

fenômenos sociais na dinâmica dos espaços institucionais e os instrumentos, técnicas e recursos interventivos, bem como, o direcionamento do exercício profissional ancorado em um arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e de natureza ético-política (ABEPSS, 1996).

As escolas de Serviço Social, tem nas Diretrizes Curriculares de 1996 documento central na elaboração de suas propostas curriculares, e outros documentos que vieram ao longo da história, enquanto construções coletivas no âmbito da categoria profissional, mas precisamente a partir dos anos 2000 no âmbito da ABEPSS, mediante produções dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)¹⁷; e mais recente a elaboração dos documentos - Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social (2018) e As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate (2018).

Se atendo ao direcionamento do documento – Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social (2018), pontua-se seu direcionamento, tal qual:

Evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade; Subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação e linhas de pesquisa e disciplinas na pós-graduação; Direcionar e fomentar atividades de educação permanente aos profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação; Estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na formação graduada e pós-graduada (ABEPSS, 2018, p. 12).

Os objetivos diretos deste documento, são de fundamental avanço ao menos do ponto de vista de articulações que substanciam a presença das discussões relativas à temática étnico-racial no processo de formação e trabalho profissional, a nível de graduação, pós-graduação e formação permanente numa perspectiva de totalidade.

Compreende que a temática étnico-racial:

[...] se apresenta como mediação fundamental do objeto da profissão, qual seja, as diferentes expressões da questão social e a efetiva promoção de ações concretas para a sua superação, enfrentamento com base em uma educação e formação profissional antirracista. [...] a inclusão nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos temas sobre Educação das Relações Étnico-

¹⁷ Na edição da Revista Temporalis - *Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS* v. 21 n. 42 (2021), tem uma seção específica que traz os acúmulos do debate da questão social nos GTPs da ABEPSS. Sendo respectivamente os seguintes GTPs: i) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; ii) Política Social e Serviço Social; iii) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; iv) Movimentos Sociais e Serviço Social; v) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; vi) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; vii) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; viii) Serviço Social, Geração e Classes Sociais; o que demonstra sua centralidade e transversalidade, no conjunto das relações sociais que conforma a profissão nas suas bases formativas e do trabalho profissional.

Raciais e dos conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra é premente no processo de formação em Serviço Social (ABEPSS, 2018, p. 16, 17 e 20 - grifos nossos).

Estes direcionamentos políticos em relação a luta antirracista e formação profissional permanecem na agenda coletiva da ABEPSS, conforme o Plano de Lutas 2021-2022 da Gestão — “*Aqui se Respira Luta*”, dando prosseguimentos nos acúmulos coletivos construídos e anteriormente evidenciados¹⁸.

O tempo mais recente nos brinda com outros marcos centrais que têm adensado este debate no interior da profissão, com especial destaque a centralidade da Campanha do conjunto CFESS-CRESS no triênio 2017-2020 – *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, a recém lançada – Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e o quesito raça/cor/etnia (2022); no lançamento em dezembro de 2020 da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo na ocasião do *I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais: construindo uma plataforma antirracista*, organizado pela UNIFESP/SP, um importante marco no interior do Serviço Social brasileiro, cujo surgimento como bem menciona, o manifesto construído e lido durante o evento, se deu, afim de —“incidir sobre os espaços da categoria, buscando fortalecer e avançar coletivamente em ações antirracistas na formação e exercício profissional do Serviço Social” (Manifesto Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, 2020, p. 3).

Observa-se ainda, outros acúmulos e movimentações, com destaque para o legado histórico do GERESS – Grupo de Estudos das Relações Étnico-Raciais, fundado em 2009, na cidade de São Paulo/SP; o papel da ENESSO, destarte a campanha – “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista” (2019), a realização do Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social – A virada agora é Preta! 40 anos do Congresso da Virada: por uma uma práxis antirracista (2020), dentre outras movimentações históricas; ainda, citamos o papel dos coletivos de estudantes negras/os do Serviço Social nas universidades, como o coletivo da UFSC – Professora Magali Almeida e o Coletivo Negro do Serviço Social Ivone Lara – UFRJ, que sem dúvida tem tensionado historicamente as bases da academia, ao que alude um currículo que pautou o debate acerca desta

¹⁸ A exemplo, destacamos: *b) Ações políticas acadêmicas e fortalecimento da graduação*: Item 12 - Divulgar e acompanhar o debate sobre o documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, nas UFA’s. *c) Ações político acadêmicas para pós-graduação*: Item 14 - Acompanhar e estimular a implementação da Política de Cotas para populações camponesas, negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans (transsexuais, transgêneros e travestis) nos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social; Item 15 - Incidir para uma ampla revisão programática na estrutura curricular dos programas de pós-graduação em Serviço Social, com a inclusão de autores negros/ as/es nas disciplinas e demais atividades programáticas contribuindo, assim, para a ruptura do apagamento da produção intelectual negra.

matéria de forma central e transversal, bem como, incidindo na agenda das lutas pela implementação e ampliação das políticas de ação afirmativa (graduação, pós-graduação, ingresso de corpo docente); a articulação dos Centros e Diretórios Acadêmicos; imersão de grupos de pesquisa e extensão, como o PROAFRO (UERJ), Grupo Aya (UFRGS), Aquilombando a Universidade – fluxos educativos entre Brasil, Angola e Moçambique (UEL) dentre outros; a imersão dos Comitês de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo durante e pós-campanha de gestão do Conjunto CFESS-CRESS (2017-2020), cita-se os Comitês, vinculados aos CRESS: São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e a necessidade de ampliações em outros Estados¹⁹.

Feito este resgate, ainda que de forma bastante geral e objetiva, a maneira que aqui não se esgota; é premente a construção coletiva de debates e proposições vindouras a serem articuladas no âmbito da formação e trabalho profissional, nas trincheiras do serviço social brasileiro, ao que pese, a atual quadra histórica de aprofundamento da crise capitalista na sua perversidade própria — “*enquanto máquina de moer gente*”, atravessada pelo conservadorismo, enquanto ideologia das crises (Souza, 2016) e suas tendências e manifestações concretas: *positivismo, pós-modernidade, utilitarismo, pragmatismo, etc* (GUERRA, 2020), o que opera disputas no âmbito da categoria e perspectivas teórico-metodológicas na apreensão da realidade, inclusive na leitura dos fenômenos sociais, encerrando a apreensão dos *fundamentos* a factualidades, aparência, imediatismos, especificismo e isolacionismo temático ao que alude compreensões distintas acerca da “questão social”, da questão étnico-racial, os elementos que conformam a profissão e a dinâmica dos processos formativos e do trabalho profissional, na sua condição de agente assalariado, relação com as/os usuários e outras profissões.

Considerações finais

No artigo em tela, buscamos apresentar algumas determinações que conformam o debate em torno da “questão social”, bem como, apreender os *nexos* da dinâmica do sistema capitalista e a particularidade do processo de produção e reprodução social na realidade brasileira, o que nos convida a olhar nossa história *fincada* estruturalmente nos processos de colonização e escravismo, que mesmo após a desagregação do sistema escravista, conflui objetivamente para a inserção subordinada e dependente do Brasil na divisão internacional do

¹⁹ Consultar: Carta das/os Assistentes Sociais e dos Comitês de Luta Antirracista ao Conjunto CFESS/CRESS, publicada no relatório final do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado entre os dias 08 e 11 de Setembro de 2022, em Macéio-AL.

trabalho na sua fase imperialista a nível mundial; que tem na ideologia do racismo, um dos seus elementos de dinamização das relações sociais, como demonstramos ao discutir as respostas do Estado a “questão social”.

Desta feita, é possível ilustrar um quadro, ainda que bastante geral e introdutório em torno do Serviço Social, enquanto profissão historicamente determinada, atravessada pela dinâmica mesma em que se situa na trama da produção e reprodução das relações sociais, que não escapam dos ditames da realidade concreta, permeada pela especificidade da dinâmica das classes sociais fundamentais.

A apreensão em torno do racismo na sua dinâmica histórica, enquanto elemento estrutural e estruturante da sociabilidade capitalista e os desdobramentos que particularizam a realidade brasileira, é *chave analítica* que perpassa a profissão direta e indiretamente, nas suas origens até a atual quadra histórica, com determinações distintas, mas prementes de disputas em torno da formação (graduada e pós-graduada), nas instituições de ensino (presenciais, Ead, públicas e privadas); no trabalho profissional, no conjunto de espaços sócio-ocupacionais, nas relações diretas com outras profissões e parcela da classe trabalhadora (usuários/as) demandante das políticas públicas; na própria agenda coletiva das entidades (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO).

Nestas linhas conclusivas, é premente que este debate e sua centralidade, não seja tarefa individual apenas das/os estudantes e profissionais negras/os inseridos com a discussão de forma *tematizada*, em espaços, eventos, organizações do movimento negro; todavia, como defende Ribeiro (2004, p. 159), que seja tratado por toda categoria – [...] como uma área investigativa e de conhecimento”, sem perder de vista a realidade social concreta e suas contradições, assim contribuindo de forma séria e comprometida na agenda antirracista do serviço social brasileiro, com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político, nas bases formativas e do trabalho profissional, ao que pese esta premissa; exigindo um olhar atento, ousado e necessário diante das determinações históricas e ao movimento do real que nos particulariza, enquanto país de *passado escravista* e de capitalismo dependente, que subjaz determinações no tempo presente.

Por certo, considerar uma perspectiva hegemônica no interior da profissão e sua necessária defesa enquanto construção coletiva, na atual quadra histórica de recrudescimento do conservadorismo no seu caráter mais reacionário (Mota; Rodrigues, 2020); também, em outra via de análise, pressupõe olharmos no seu cerne e entender o conjunto de contradições próprias que determinam *disputas* de hegemonia no seu interior, ou seja, não é possível falar em um Serviço Social monolítico, ausente de disputas internas, onde todo mundo pensa igual,

o que seria cair numa *auto imagem* desistoricizada, romântica e pseudo-política da profissão e do seu corpo profissional; não vinculada às relações sociais mais amplas que conformam a dinâmica de sociabilidade capitalista, atravessada por tendências do conservadorismo, expressões do machismo, do racismo, da lgbtfobia, do capacitismo, dentre outras; bem como, as diferentes estratégias e táticas de resistências; relações estas que as/os profissionais não se isentam direta ou indiretamente nos mais variados espaços sócio-ocupacionais e nas dinâmicas formativas. De tal, sorte — “[...] é, somente, por meio da construção coletiva, na afirmação da radicalidade da luta anticapitalista e antirracista, que é possível a disputa do direcionamento real da formação profissional” (SOUZA, 2020, p. 388).

Por derradeiro, é “colocando nosso bloco na rua...” na construção conjunta, com quem segue firme, de mão dada, no mesmo rumo, afinal — “eu não ando só...”, que se torna possível dialogar e refletir os desafios do presente com direção a mudanças vindouras — o que perpassa uma perspectiva de formação e trabalho profissional fundamentalmente antirracista, ao que pese um olhar atento a realidade concreta da formação social brasileira e as tramas do tempo presente, fortalecendo a direção política e social da profissão, na afirmação do projeto ético-político profissional e sua necessária vinculação a projetos societários emancipatórios, mais amplos. Sigamos!

Referências bibliográficas

- ABEPSS. *Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social*. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br>> . Acesso em: 10 de junho de 2020.
- _____. *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional*. Vitória/ES, 2018. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br>> . Acesso em: 29 de Fevereiro de 2019.
- _____. *Aqui se respira luta! ABEPSS 2021-2022. Plataforma da Chapa*. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/documento_202102111352490520770.pdf> (abepss.org.br)>. Acesso em: 15 de Junho de 2022.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.
- ALMEIDA, Magali Silva. Entrevista com Magali da Silva Almeida. Por Ricardo de Souza Janoário, Roseli Rocha e Sheila Dias Almeida. v. 13 n. 1 (2013): (jan. jul. 2013): *Revista Libertas*. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/771>>. Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- _____; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. *Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro*. Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. Maria Liduina de Oliveira e Silva (org.). — São Paulo: Cortez, 2019.
- ALVES, Sebastião Rodrigues. *A ecologia do grupo afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional. Ministério da Educação e Cultura, 1966.

- BEZERRA, Lucas; et al. A realidade brasileira na formação profissional de assistentes sociais. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 130-146, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1058>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2022.
- CONCEIÇÃO, Renata Maria da. A questão racial como expressão da questão social: um debate necessário para o serviço social. 2013. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/7205>>. Acesso em: 04 de Julho de 2022.
- COSTA, Renata Gomes da; RAFAEL, Josiley Carrijo. Questão social e a particularidade no Brasil: imbricações entre patriarcado-racismo-capitalismo. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 77-93, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36479>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2022.
- CFESS. *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*. Disponível em: & It; <http://servicosocialcontraracismo.com.br/> >. Acesso em: 28 de Janeiro de 2019.
- _____; Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia Márcia Campos Eurico. 2022. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.
- CASTELO, Rodrigo. A violência como potência econômica da questão social no Brasil. *Temporalis*. v. 21 n. 42 (2021): Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/index>>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.
- ELPIDIO, Maria Helena. *Os fundamentos do serviço social e a questão étnico-racial*. Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate / Organizadores: Maria Helena Elpidio, João Paulo da Silva Valdo, Roseli Rocha. - São Paulo: Annablume, 2021.
- FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 - 1947). *Dissertação de mestrado*. Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2010.
- FERREIRA, Gracyelle Costa. Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros. 2020. 293 f. *Tese (Doutorado em Serviço Social)* - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 21 de Setembro de 2021.
- Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. *Manifesto da FNASCR*, Agosto de 2020. (arquivo pessoal).
- FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. O racismo no caso brasileiro e a superexploração do proletariado negro. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro - 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 55 - 68. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>>. Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- FONSECA, Cleomar Campos da. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. *Temporalis* - v. 16 n. 31 (2016): Formação Profissional em Serviço Social. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12254>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2022.
- GUERRA, Yolanda. *Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos*. In: GUERRA, Y e FORTI, V. Fundamentos filosóficos para o Serviço Social. Fortaleza-CE, Socialis Editora, 2020.
- GOÉS, Weber. *Capitalismo e racismo: uma discussão necessária*. Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate / Organizadores: Maria Helena Elpidio, João Paulo da Silva Valdo, Roseli Rocha. - São Paulo: Annablume, 2021
- _____; Racismo e Eugenia no pensamento conservado brasileiro: a proposta de povo em

- Renato Kehl. – São Paulo: LiberArs, 2018.
- GOIN, Mariléia. *Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais*. Campinas-SP: Papel Social, 2019.
- GONÇALVES, Renata; ALMEIDA, Magali da Silva. Homenagem de Vida - Mabel Assis, uma rosa negra semeando a primavera. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro – 1ª Semestre de 2020 — n. 45, v. 18, p. 261 - 270. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>>. Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- HAIDER, Assad. *Armadilha da identidade - raça e classe nos dias de hoje*. – São Paulo: Veneta, 2019 (Coleção Baderna).
- IPEAFRO. Personalidades. *Sebastião Rodrigues Alves*. Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/personalidade/sebastiao-rodrigues-alves/>> . Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- IANNI, Octávio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo/SP: Hucitec Editora, 1978.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/grid>> . Acesso em: 10 de Maio de 2019
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. – 5. ed. – São Paulo, Cortez, 2001.
- _____. *Serviço Social e Relações Sociais no Brasil: esboço para uma interpretação histórico-metodológica*. - 41º ed. - São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPJjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?lang=pt>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2022.
- LIRA, Priscila Lemos. Movimento de mulheres negras e o Serviço Social. *Dissertação* (Mestrado – Pós Graduação em Serviço social e Políticas Sociais) - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 15 de Março de 2022
- León Díaz, Ruby Esther. Os reveses da ausência: às "questões raciais" na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013). 2016. 368 f. *Tese (Doutorado em Serviço Social)* - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>> . Acesso em: 02 de Maio de 2021.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch, 1870-1924. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. ensaio de divulgação ao público /Vladímir Ilitch Lênin. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.(Arsenal Lênin; 5).
- LUKÁCS, Georg, 1885-1971. *A Destruição da Razão* / Georg Lukács; tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo : Instituto Lukács, 2020. 794 p.
- MARX, Karl. *O' Capital - Crítica da economia política*. Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARQUES-JÚNIOR, Joilson Santana. Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban. v. 13 n. 1 (2013): (jan. jul. 2013): *Revista Libertas*. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/771>>. Acesso em: 01 de Maio de 2021.
- MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6545>>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

- MARTINS, Tereza Cristina Santos. Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? *SER Social*. v. 19 n. 41 (2017): Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social>. Acesso em: 01 de Maio de 2021
- MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/handle/handle/22945>>. Acesso em: 30 de Março de 2020.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. . - 2, ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. --- (palavras negras).
- _____. Dialética Radical do Brasil Negro. - 3. ed. - São Paulo, SP. Anita Garibaldi, 2020.
- MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landí. *Revolução Africana*. Uma antologia do pensamento marxista. Bela Vista-SP :Editora Autonomia Literária. Coleção Quebrando Correntes, 2019.
- MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>>. Acesso: 25 de Janeiro de 2020.
- _____; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2022.
- MONTÃO, Carlos. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.
- NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético político do serviço social*. in. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. Mota, Elizabete.. [et al], (orgs). - 4. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília/DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009
- _____. *Serviço Social e Capitalismo Monopolista*. – 8º ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.
- PINTO, Elisabete Aparecida. *O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com os usuários negros*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista [livro eletrônico] / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva. -- Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. -- (Coleção marxismo21) PDF. Disponível em: <<https://marxismo21.org/racismo-etnia-e-luta-de-classes-no-debate-marxista/>>. Acesso em: 08 de Agosto de 2022.
- ROCHA, Roseli Fonseca da. A questão étnico-racial no processo de formação em serviço social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 99, p.p. 540-562, jul./set. 2009
- _____. *A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios* / Roseli da Fonseca Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. 211f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2014.
- RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 79, p.p. 148-161, jul./set. 2004.
- SILVA FILHO, José B. *O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.
- SOUZA, Jamerson Murillo. *Anúnciação de Tendências ideológicas do conservadorismo*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind>>. Acesso em: 20 de maio de 2021

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*, Rio de Janeiro. Editora Campos, 1979.
- SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. *Revista Fim do Mundo*, nº 4, jan/abr 2021.
- _____. Racismo, conservadorismo e serviço social. v. 20 n. 2 (2020): *Revista Libertas* - ISSN: 1980-8518 (jul / dez 2020). Disponível em: <<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/771>>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.
- SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/s5hCHJNz73c6cvJLZ7yNFDH/?lang=pt>>. Acesso em: 01 de Agosto de 2022.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. tradução Denise Bottmann. - 1. e.d. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- XAVIER, Giovana. *Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-Abolição* [livro eletrônico] – Niterói: Eduff, 2020 – 5,8Mb; PDF. – (Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 5). Disponível em: <www.eduff.br/index.php/catalogo/livros/965-maria-de-lourdes-vale-nascimento>. Acesso em: 25 de Setembro de 2021.